

**Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures,  
Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia  
Subordinada,  
da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.**

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., sociedade de economia mista por ações com sede e foro em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, na Avenida Mauá, 1155 - 5º andar, CEP 90030-080 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.979.969/0001-56, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada “Emissora”) e, representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, **Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, 99, 16º andar, CEP 20050-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representado na forma de seu Contrato Social (doravante simplesmente denominado “Agente Fiduciário”), vêm por esta firmar a presente Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. (doravante denominada “Escritura de Emissão”) contendo as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura de Emissão é firmada com base em deliberação da Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da Emissora e da Reunião do Conselho de Administração, ambas realizadas em 27 de junho de 2003 e da Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 18 de agosto de 2003. Foram delegados poderes ao Conselho de Administração para eventualmente deliberar sobre as matérias prescritas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76.

**CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS**

A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

**2.1 – Arquivamento e publicação das atas das Assembléias Gerais Extraordinárias e do Conselho de Administração**

As atas das Assembléias Gerais Extraordinárias e da Reunião do Conselho de Administração que deliberaram sobre a presente emissão de debêntures foram arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, nos dias 03 de julho de 2003 e 19 de agosto de 2003 e publicadas no Diário Oficial do Estado

Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com  
Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

do Rio Grande do Sul e no Jornal do Comércio da cidade de Porto Alegre, nos dias 07 de julho de 2003 e 21 de agosto de 2003.

## **2.2 – Registro da Escritura de Emissão**

A presente Escritura de Emissão será registrada no competente Registro de Comércio do Estado do Rio Grande do Sul.

## **2.3 – Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

A 7ª emissão de debêntures da Emissora será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada “CVM”, na forma das Leis nºs 6.385, de 7/12/76; 6.404, de 15/12/76; 9.457, de 5/5/97; 10.303, de 31/10/01; e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

## **2.4 - Registro em Sistema de Liquidação e Custódia**

As debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário no SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

## **2.5 - Registro na ANBID - Associação Nacional de Bancos de Investimento**

A emissão deverá ser registrada na ANBID, em atendimento ao Código de Auto-Regulação para as Operações de Colocação e Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários.

# **CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

## **3.1 - Objeto Social da Emissora**

A Emissora tem por objeto social prestar serviços tendentes a auxiliar o Tesouro Estadual na administração da dívida pública do Estado do Rio Grande do Sul, podendo, para tanto, emitir e colocar no mercado obrigações, adquirir, alienar e dar em garantia ativos, créditos, títulos e valores mobiliários.

## **3.2 - Número da Emissão**

A presente Escritura de Emissão constitui a 7ª emissão de debêntures, em série única.

## **3.3 - Montante da Emissão**

O montante da presente emissão é de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), na data de emissão.

Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Convertíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com  
Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

### 3.4 - Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos através da presente emissão de debêntures serão destinados, de acordo com o objeto social da Companhia, ao alongamento do perfil do passivo do Estado do Rio Grande do Sul decorrente de obras de infra-estrutura, passivo este que será equacionado com o superávit orçamentário previsto para os próximos três exercícios financeiros.

### 3.5 - Colocação e Procedimento

As debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30/9/80, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos de Debêntures, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes dos bancos coordenadores da Emissão que desejarem subscrever as Debêntures, independentemente de ordem cronológica de apresentação das respectivas manifestações de interesse.

Poderá ser adotada qualquer modalidade de oferta pública com a utilização de serviços públicos de comunicação, tais como lojas, escritórios, corretoras ou intermediários acessíveis ao público.

### 3.6 – Banco Mandatário e Escriturador

O Banco Itaú S.A. será o Banco Mandatário e Escriturador.

## CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1 - Características Básicas

#### 4.1.1 - Valor Total da Emissão

O valor total da emissão será de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), na data de emissão.

#### 4.1.2 - Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das debêntures será de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na data de emissão.

#### 4.1.3 - Número de Séries

A emissão será feita em série única.

Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com  
Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

#### 4.1.4 - Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 60.000 (sessenta mil) debêntures.

#### 4.1.5 - Data de Emissão

A data de emissão das debêntures será o dia 15 de julho de 2003.

#### 4.1.6 - Prazo e Data de Vencimento

O prazo das debêntures será de 40 meses, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2006, ocasião em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo do valor nominal, acrescido da remuneração, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado.

#### 4.1.7 - Forma

As debêntures serão da forma nominativa escritural.

#### 4.1.8 - Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição depositária das debêntures. Adicionalmente, será expedido pelo SND o Relatório de Posição de Ativos, acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no referido Sistema.

#### 4.1.9 - Conversibilidade

As debêntures não serão conversíveis em ações.

#### 4.1.10 - Espécie

As debêntures serão da espécie com garantia subordinada.

#### 4.2 - Atualização do Valor Nominal

O valor nominal não será atualizado.

#### 4.3 - Juros Remuneratórios

As debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central, calculada de forma *pro rata temporis* por dias corridos, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 10% (dez por cento) ao ano, base 360 dias, calculado de forma *pro rata temporis*, ambos em regime de capitalização composta, incidentes sobre o valor nominal da debênture, a partir de 15 de julho de 2003.

Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Convertíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com  
Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

Define-se:

- a. **Período de Vigência de Juros** - espaço de tempo durante o qual permanece constante o critério de apuração dos juros definido pela Assembléia Geral Extraordinária da Emissora encerrando-se na data de vencimento;
- b. **Período de Capitalização** - intervalo de tempo que se inicia em 15 de julho de 2003, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento dos juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos (i) mensalmente, nos dias 15 de agosto de 2003, 15 de setembro de 2003, 15 de outubro de 2003, 15 de novembro de 2003, 15 de dezembro de 2003, 15 de janeiro de 2004, 15 de fevereiro de 2004, 15 de março de 2004, 15 de abril de 2004, 15 de maio de 2004, 15 de junho de 2004, 15 de julho de 2004, e (ii) trimestralmente, nas datas das amortizações, nos dias 15 de agosto de 2004, 15 de novembro de 2004, 15 de fevereiro de 2005, 15 de maio de 2005, 15 de agosto de 2005, 15 de novembro de 2005, 15 de fevereiro de 2006, 15 de maio de 2006, 15 de agosto de 2006 e 15 de novembro de 2006.
- c. **Subperíodos de Capitalização** - prazos definidos de acordo com a TJLP da data de início de cada subperíodo, sendo que:
  - o primeiro Subperíodo de Capitalização inicia-se em 15 de julho de 2003 e termina no prazo definido pela TJLP vigente naquela data ou na mesma data de vencimento do Período de Capitalização, o que primeiro ocorrer;
  - os Subperíodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a TJLP no vencimento do subperíodo anterior, entendendo-se como o novo subperíodo em vigor o prazo desta taxa, sendo que o último Subperíodo de Capitalização terá seu vencimento na mesma data de vencimento do Período de Capitalização;
  - as taxas dos subperíodos são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis* por dias corridos, se necessário, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com  
Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

O cálculo dos juros obedecerá às seguintes fórmulas:

$$J = \{VNe \times [(FatorTJLP \times FatorSpread) - 1]\}$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = valor nominal da debênture no início do Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

FatorTJLP = produtório das Taxas de Juros de Longo Prazo divulgadas durante o Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula;

$$FatorTJLP = \left[ \left( 1 + \frac{TJLP_1}{100} \right)^{\frac{dc_1}{360}} \right] \times \prod_{k=2}^n \left[ \left( 1 + \frac{TJLP_k}{100} \right)^{\frac{dc_k}{360}} \right], \text{ onde } K = 2, \dots, n$$

$TJLP_1 \dots TJLP_k$  = Taxas de Juros de Longo Prazo vigentes durante o Período de Capitalização;

$dc_1$  = número de dias corridos contados a partir da data de início de capitalização até o final do primeiro subperíodo ou até a data final de vigência da TJLP, o que ocorrer primeiro, sendo " $dc_1$ " um número inteiro;

$dc_k$  = número de dias corridos em cada subperíodo subsequente, sendo " $dc_k$ " um número inteiro;

$n$  = número total de TJLP consideradas durante o Período de Capitalização, sendo " $n$ " um número inteiro;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorSpread = 1,10^{(n/360)}$$

Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com  
Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

onde:

n = é o número de dias corridos de cada Período de Capitalização;

A TJLP deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação da TJLP incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

No caso de indisponibilidade temporária da TJLP quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última TJLP conhecida na data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização, acrescida do spread, se houver, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto dos debenturistas, quando da divulgação posterior da TJLP relativa à data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da TJLP relativa à data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização, por prazo superior a 30 dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de debenturistas para submeter à deliberação o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado, proposto pela Emissora. Até a deliberação desse parâmetro, ou até a data do pagamento das debêntures objeto da opção de venda, no caso de não haver acordo com a Emissora, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última TJLP conhecida na data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização, acrescida do spread, de 10%a.a., até a data da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas ou até a data de pagamento das debêntures objeto de opção de venda, conforme o caso.

Caso haja aprovação do novo parâmetro de remuneração por debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação, o novo parâmetro de remuneração passará a ser utilizado a partir da data de realização da Assembléia Geral de Debenturistas. Em caso de não aprovação do novo parâmetro de remuneração pelos debenturistas, os debenturistas, que assim

Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Convertíveis em Ações, em Série Única, da espécie com  
Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

o desejarem, terão o direito de opção de venda de suas debêntures à Emissora. Para tanto, os debenturistas deverão manifestar junto à CETIP ou à Emissora sua opção de exercer o direito de venda de suas debêntures à Emissora entre o 1º (primeiro) e o 5º (quinto) dia útil, inclusive, após a data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, indicando a quantidade de debêntures objeto da opção de venda. A Emissora obriga-se a adquirir as debêntures objeto da opção de venda no décimo dia útil após a data de realização da Assembléia Geral de Debenturistas. A partir da data do pagamento das debêntures objeto da opção de venda, as debêntures passarão a ser remuneradas pelo parâmetro de remuneração proposto pela Emissora na referida Assembléia Geral de Debenturistas.

#### **4.4 - Repactuação**

Não haverá repactuação.

#### **4.5 - Limite da Emissão**

A presente emissão atendeu aos limites previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76.

#### **4.6 - Subscrição**

##### **4.6.1 - Prazo de Subscrição**

As debêntures desta emissão poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública.

##### **4.6.2 - Preço de Subscrição**

O preço de subscrição das debêntures será o seu valor nominal, acrescido da remuneração, apropriada desde 15 de julho de 2003 até a data da efetiva subscrição, observado o disposto na Cláusula IV, itens 4.2 e 4.3 da Escritura de Emissão.

##### **4.6.3 - Integralização**

A integralização será feita no ato da subscrição. As debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.

##### **4.6.4 - Forma de Pagamento**

As debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional.

##### **4.6.5 - Direito de Preferência**

Não haverá direito de preferência na subscrição das debêntures.

Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

#### 4.7 - Amortização

As debêntures serão amortizadas em 10 (dez) parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 15 de agosto de 2004 e a última em 15 de novembro de 2006, conforme cronograma abaixo:

Data	Valor a Amortizar por Debênture (R\$)	Valor Nominal por Debênture após Amortização (R\$)
15/08/2004	100,00	900,00
15/11/2004	100,00	800,00
15/02/2005	100,00	700,00
15/05/2005	100,00	600,00
15/08/2005	100,00	500,00
15/11/2005	100,00	400,00
15/02/2006	100,00	300,00
15/05/2006	100,00	200,00
15/08/2006	100,00	100,00
15/11/2006	100,00	-

#### 4.8 - Condições de Pagamento

##### 4.8.1 - Local de Pagamento

Os pagamentos a que fazem jus as debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND - Sistema Nacional de Debêntures, ou, na hipótese de as debêntures não estarem custodiadas junto ao Sistema, (ii) na sede da Emissora; ou, conforme o caso, (iii) pela instituição financeira contratada para este fim.

##### 4.8.2 - Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de pagamento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário nas Cidades de São Paulo e/ou Porto Alegre, nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, respectivamente, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com  
Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

#### 4.8.3 - Encargos Moratórios

Ocorrendo inpontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos vencidos e não pagos pela Emissora ficarão sujeitos a multa não compensatória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sendo ambos computados sobre os valores em atraso, acrescidos da remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

#### 4.8.4 - Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo ao disposto no item precedente, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.9 - Comunicações

##### 4.9.1 - Publicidade

Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses dos debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no Jornal do Comércio de Porto Alegre, exceção feita aos Anúncios de Início e de Encerramento de Distribuição, que serão publicados apenas no Jornal do Comércio de Porto Alegre.

##### 4.9.2 - Notificações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

Av. Mauá, 1155 -- 5º andar

CEP: 90030-080 Porto Alegre - RS

At. Diretor de Relação com Investidores

Leonildo Migon

Telefone: (51) 3214-5130

Fax-simile: (51) 3214-5135

E-mail: paulon@sefaz.rs.gov.br

- 10 -

Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com  
Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

**Para o Agente Fiduciário:**

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.  
Rua Sete de Setembro, 99, 16º andar  
CEP: 20050-005 Rio de Janeiro - RJ  
At. Carlos Alberto Bacha / Rinaldo Rabello Ferreira  
Telefone: (21) 2507-1949  
Fac-símile: (21) 2507-1773  
E-mail: pavarini@pavarini.com.br

**Para o Banco Mandatário e Escriturador:**

Banco Itaú S.A.  
Rua Boa Vista, 185, 4º andar  
CEP: 01014-001 São Paulo - SP  
At. José Idelfonso Nieri  
Telefone: (11) 5029-1906  
Fac-símile: (11) 5029-1917  
E-mail: jose.nieri@itau.com.br

**Para a CETIP:**

Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos  
Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar  
CEP: 01009-000  
At. Gerência de Valores Mobiliários  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fac-símile: (11) 3115-1664

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora.

Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com  
Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

## CLÁUSULA V - DA COMPRA OU RESGATE DOS TÍTULOS PELA EMISSORA

### 5.1 - Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures desta emissão em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal, acrescido da remuneração, observado o disposto no § 2º, artigo 55, da Lei nº 6.404/76. As debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em Tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado, a critério do Conselho de Administração.

### 5.2 - Resgate Antecipado

As debêntures poderão ser resgatadas, a critério da Emissora, mediante deliberação da Assembléia Geral de Acionistas, observado o prazo mínimo de 90 (noventa) dias a contar da data de encerramento do prazo de distribuição das debêntures e, mediante aviso prévio de 15 (quinze) dias úteis através de publicação conforme previsto no item 4.9.1, da Cláusula IV. O resgate poderá ser total ou parcial, pelo seu valor nominal, acrescido da remuneração *pro rata temporis*.

Na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado na presença do Agente Fiduciário e com divulgação pela imprensa, de acordo com o disposto no item 4.9.1, inclusive no que concerne às regras do sorteio.

As debêntures resgatadas nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

### 5.3 - Vencimento Antecipado

O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às debêntures objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, nos termos do item 7.5 da Cláusula VII, do seu valor nominal, acrescido da remuneração devida até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora cujo valor global ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora se for cancelado ou, ainda, se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência;

Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Convertíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com  
Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

- b) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora;
- c) liquidação ou decretação de falência da Emissora;
- d) falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- e) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão.

#### CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A Emissora se obriga a:

a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- a.1) dentro de no máximo 60 dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social,
- a.2) dentro de no máximo 90 dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora,
- a.3) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, nos prazos ali previstos,
- a.4) com antecedência mínima de três dias úteis, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral e, prontamente, fornecer cópias das atas de todas as Assembleias Gerais, bem como a data e ordem do dia da Assembleia a realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal,

a.5) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 4.9.1,

Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações em Série Única, da Espécie com  
Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

- a.6) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente emissão de debêntures que lhe venha a ser solicitada,
- a.7) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, que possa afetar o interesse dos debenturistas, imediatamente após o seu recebimento,
- a.8) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até cinco dias contados da respectiva data de vencimento,
- a.9) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 5.3, imediatamente após a sua ocorrência;
- b) proceder a adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- d) convocar Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente emissão, nos termos do item 8.1 desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- e) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- f) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- g) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;
- h) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições autorizadas para a prestação desse serviço;

Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Convertíveis em Ações, da Série Única, da Espécie com  
Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

- i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- j) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- k) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas, relativos às debêntures objeto desta Escritura de Emissão, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora; e
- l) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.

#### CLÁUSULA VII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

##### 7.1- Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão, Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das debêntures.

##### 7.2 - Declaração

O Agente Fiduciário dos debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara:

- a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23/11/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão e todas as suas cláusulas e condições;

A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, de Espécie com  
Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

### 7.3 – Substituição

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro motivo de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até quinze dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá.

7.3.1- Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

7.3.2 - É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia especialmente convocada para esse fim.

7.3.3 - A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28, de 23/11/83, e eventuais normas posteriores.

7.3.4 - A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento à presente Escritura de Emissão, que deve ser averbado no Registro de Comércio onde será registrada a presente Escritura de Emissão.

7.3.5 - O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura de Emissão ou de eventual Aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

7.3.6 - Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao Agente Fiduciário substituto como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados. O valor a ser pago em caso de substituição do Agente Fiduciário será atualizado a partir da

Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, da Série Única, da Espé-ile com  
Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M;

7.3.7 - Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

#### 7.4 - Deveres

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

d) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, em função de garantia real oferecida;

e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das debêntures;

Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, de Espécie com  
Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;

k) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;

l) comparecer à Assembléia Geral de debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

m) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º alínea “b” da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

m.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora,

m.2) alterações estatutárias ocorridas no período,

m.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora,

m.4) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado,

m.5) resgate, amortização e pagamento de juros das debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora,

m.6) constituição e aplicações do fundo de amortização das debêntures quando for o caso,

m.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora,

m.8) relação dos bens e valores entregues à sua administração,

Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Convertíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com  
Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

m.9) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento,

m.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário,

n) colocar o relatório de que trata o inciso "m" à disposição dos debenturistas no prazo máximo de quatro meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

n.1) na sede da Emissora,

n.2) no seu escritório ou, quando se tratar de instituição financeira, no local por ela indicado,

n.3) na CVM,

n.4) na instituição que liderou a colocação das debêntures;

o) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "n";

p) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;

q) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, inutilizando os certificados correspondentes às debêntures resgatadas se for o caso;

r) administrar os recursos oriundos da emissão de debêntures na ocorrência da hipótese prevista no § 2º, artigo 60, da Lei nº 6.404/76;

s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

t) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 60 dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, da Série Única, da Espécie com  
Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

t.1) à CVM,

t.2) ao SND.

#### 7.5 - Atribuições Específicas

O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;
- d) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.5.1 - O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “d” e do caput deste item se, convocada a Assembléia Geral de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “b” do caput deste item.

#### 7.6 - Remuneração

Será devida ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da Lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) Parcelas trimestrais antecipadas de R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais), sendo a primeira devida no quinto dia útil após a data de obtenção do registro da oferta junto à CVM e as demais a cada três meses. O valor da última parcela antecipada deverá ser calculado pro-rata dia até a data de vencimento da emissão.
- b) O valor das parcelas será atualizado anualmente pela variação acumulada do IGP-M desde a data da assinatura da Escritura até a data de pagamento de cada parcela, calculada pro-rata dia se necessário.

- 20 -

Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com  
Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

- c) A remuneração acima será devida até o cancelamento das debêntures e mesmo após o vencimento das debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.
- d) A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, sendo tais despesas de responsabilidade da Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação.
- e) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão.
- f) As parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS, COFINS e de quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

#### 7.7 - Despesas

A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.7.1 - O ressarcimento a que se refere este item será efetuado imediatamente após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das debêntures.

7.7.2 - No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. Eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as

Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Convertíveis em Ações, em Série Única, da Especie com Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

**7.7.3 -** As despesas referidas compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, respeitando o limite acordado com a Emissora;
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

**7.7.4 -** O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das debêntures, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

## CLÁUSULA VIII - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

### 8.1 - Convocação

A Assembléia Geral de debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das debêntures em circulação ou pela CVM.

### 8.2 - Quorum de Instalação

A Assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com  
Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

### 8.3 - Mesa Diretora

A presidência da Assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

### 8.4 - Quorum de Deliberação

Nas deliberações da Assembléia, a cada debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da modificação das condições das debêntures, que deverá ser deliberada por debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação.

## CLÁUSULA IX - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

### 9.1 - Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- c) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições.

O Agente Fiduciário declara, ainda, que verificou (i) a veracidade das informações contidas na Escritura de Emissão; e (ii) a regularidade da constituição das garantias prestadas, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade.

### 9.2 - Declarações e Garantias da Emissora

A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com  
Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

b) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;

c) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;

d) os prospectos preliminar e final relativos à emissão das debêntures contêm todas as informações relevantes em relação à Emissora no contexto da presente emissão de debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas;

e) a celebração da Escritura de Emissão e a colocação das debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

f) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de março de 2003, representam corretamente a posição financeira da Emissora em tal data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

g) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

h) exceto pelas contingências informadas no prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.

Escritura Particular da 7ª Emissão Pública de Debêntures, Não Convencíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com  
Garantia Subordinada, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

## CLÁUSULA X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

### 10.1 - Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

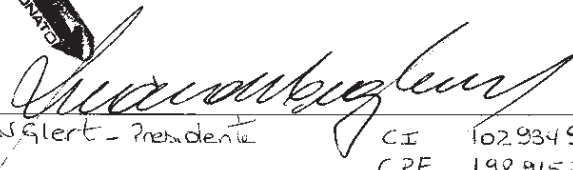
### 10.2 - Foro

Fica eleito o Foro da Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.


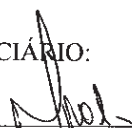
Porto Alegre, 18 de agosto de 2003.

EMISSIONA:

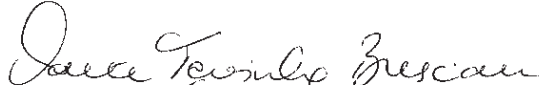

  
RICARDO ENGELERT - Presidente CI 102.934.92/95  
CPF 198.915.710/68

CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A.

AGENTE FIDUCIÁRIO:

  
Marcus Venicius Bellinello Rocha - Gerente Carlos Alberto Bacha - Procurador  
ID: 04538389-0 RFP-RJ ID: 82-1-01266-6 CREA-RJ  
CPF: 961.101.807-00 CPF: 606.744.587-53  
PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

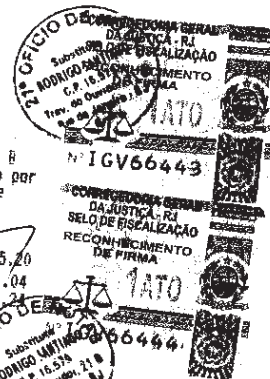
Testemunhas:

1. -   
Nome: Odete Teresinha Bresciani Teixeira - CPF: 436.238.240/20
2. -   
Nome: Leonildo Migon - CPF: 007.316.760/68

**JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 21/08/2003  
 SOB Nº: ED000094000  
 Protocolo: 03/166455-5  
 Empresa: 43 3 0003451 8  
 CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A - CADIP

*Clayton*  
 Maria Honorina de Bittencourt Souza  
 SECRETÁRIA-GERAL

Cartório do 21º Ofício de Notas. Travessa do Guvidor, 21 B  
 Centro - Rio de Janeiro. Tabelião: Ney Ribeiro. Reconheço por  
 semelhança as firmas de: MARCUS VENICIOUS BELLINELLO DA ROCHA e  
 CARLOS ALBERTO BACHA  
 No: 23259  
 Rio de Janeiro, 20 de Agosto de 2003. Conf. por:  
 da verdade. Serventia 5,20  
 Rodrigo Santiago - Substituto 20% P. Judiciário: 1,04  
 Total 6,24



**SERVIÇO MANICA**  
 NOTARIAL MANICA  
 5º Tabelionato de Notas

RUA MIGUELLE CAMPES, 1185 - BARRIO CENTRO  
 PORTO ALEGRE - RS - FONE/FAX (51) 3211-3896  
 www.tabelionatomanica.net.br

Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de: RICARDO ENGLERT por  
 CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A., indicada  
 com a seta de uso deste Tabelionato.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE  
 Porto Alegre, 21 de Agosto de 2003.  
 Rec. firma: R\$ 1,80 - 11:37:69 032333412773-1005114-27  
 SÉRGIO AFRONSO MANICA - TABELIÃO